

COMISSÃO DE DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

REQUERIMENTO Nº /2022

(Do Sr. Zé Neto)

Em aditamento ao requerimento nº 35/2022, requer a inclusão de convidados para a Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços a fim de discutir a situação dos produtores de licor artesanal (aprovada nessa comissão).

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta comissão, incluir os seguintes participantes para o enriquecimento do debate:

Vanessa Vilas-Bôas Dantas - Diretora Executiva da Fundação Hansen Bahia

João Carlos Oliveira - Diretor Geral do IPAC-BA

Rosemberg Evangelista Pinto - Deputado Estadual - Líder do Governo

JUSTIFICAÇÃO

A produção de licores artesanais representa uma importante fonte de renda em diversas cidades do interior do Brasil. Há no país uma série de regras de fabricação, que levam em conta os impactos sobre a saúde humana.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é o responsável pela fiscalização do cumprimento destas regras.



Recentemente, o MAPA fez algumas exigências aos fabricantes de licor do Município de Cachoeira. Em junho de 2022, a Polícia Federal veio ao município e acabou interditando as fábricas, até que se enquadrassem nas exigências solicitadas.

Temos notícia de que, hoje, os maiores fabricantes do Município de Cachoeira já se encontram legalizados e com a inscrição ativa. É necessário que haja equilíbrio entre as regras e a viabilidade econômica dessa atividade, para estimular o crescimento desse mercado, especialmente dos menores produtores.

Entendemos que os Estados Brasileiros, inclusive contando com a nossa participação no Parlamento, devem articular-se em cooperação com a união federal para a formulação dos processos administrativos e liberatórios de licor e similares, com o intuito de garantir maior acessibilidade e uma dinâmica favorável de atualização de procedimentos e de desenvolvimento industrial que resulte em evolução positiva da produção e do controle técnico e normativo, tendo o Poder Público como parceiro.

Com a construção das políticas territoriais e de Consórcios Municipais é possível construir com estados, municípios e o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), uma linha de política pública que possibilite mais celeridade, orientação técnica, legal e administrativa para que nossos licores ganhem mais apoio e projeção econômica e cultural.

Nesse contexto, julgamos necessário discutir com o setor e representantes governamentais os desafios relativos à produção nacional de licor artesanal. Ademais, torna-se imprescindível discutir a agregação de valor nessa cadeia produtiva e o fomento aos pequenos produtores, temas muito importantes para o desenvolvimento econômico e regional.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a realização desta relevante audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, a fim de discutir a situação dos produtores de licor artesanal em nossa economia.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado ZÉ NETO

